

# Se um marciano numa tarde de domingo: a realidade latino-americana nas páginas da Revista *Veja* (1969-1974)

*Lucas Duarte*

Universidad Nacional de San Martín  
San Martín - Buenos Aires - Argentina  
lucas.lado@gmail.com

---

**Resumo:** No presente trabalho trataremos de analisar as publicações da revista *Veja* a respeito da realidade latino-americana entre maio de 1969 e dezembro de 1974. Nos mais de 200 números publicados nesse período, as diversas referências à América Latina aparecem distribuídas em comentários sobre o cotidiano dos governantes, a adoção de políticas econômicas de diversas naturezas, anedotas esportivas e culturais. Em quase todos eles há algum tipo de alusão ao subcontinente. Assim, procuraremos interpretar as visões de mundo difundidas pelo semanário no referido material. Nossa hipótese é de que a argumentação da revista a respeito do subcontinente latino-americano manteve, ao longo dos primeiros anos da década de 70, uma profunda conexão com as premissas da Doutrina de Segurança Nacional.

**Palavras-Chave:** Revista *Veja*. Ditadura Militar. Doutrina de Segurança Nacional.

---

## Introdução

Desde o seu lançamento, *Veja* se propôs a ocupar o lugar de “grande revista nacional de informação de todos os brasileiros” e para tanto agrupava “a maior equipe redacional já reunida por uma revista brasileira”. Para um dos seus fundadores, sua aparição era devedora “das classes governantes, produtoras, intelectuais que reclamaram da Abril este lançamento” (VEJA, 11/09/68, p. 20-21). Desse modo, nascido num “contexto da organização capitalista da cultura, como um produto cultural em sintonia com o projeto de modernização do Brasil” (VILLALTA, 2002), o semanário procurou defender e difundir um programa que por diversas vezes coincidiu com os rumos adotados pelo regime militar brasileiro e, principalmente, com os fundamentos característicos das Ditaduras de Segurança Nacional que se estabeleceram no Cone Sul ao longo dos anos 1960 e 70: um anticomunismo ferrenho, o alinhamento para com as diretrizes da política norte-americana e a defesa das transformações impostas àquelas sociedades como forma de adaptá-las aos novos padrões de acumulação de capital.

Buscando tornar-se mais convincente, atrativa para leitores e anunciantes, e tratando de ocultar seu caráter partidário, a revista procurou elaborar sobre si mesma uma imagem de

imparcialidade e precisão quase onisciente: a de um “sujeito *Veja*” (SILVA, 2005) em busca da verdade e plenamente capaz de explicar o mundo a seus leitores.

Sendo assim, selecionou, adaptou, modificou e, de diversas formas, manipulou as informações sobre acontecimentos nacionais e internacionais de forma a conferir-lhes um sentido afinado com a visão de mundo que desejava difundir. Como resultado dessa operação constante, emergiam das páginas da revista imagens de uma América Latina caótica, abatida por uma trágica sina de desordem e subdesenvolvimento, permanentemente assombrada pelo fantasma da revolução.

Nas próximas páginas tentaremos identificar os interesses defendidos pela revista a partir da análise do seu discurso a respeito da política latino-americana naqueles anos, avaliando as visões de mundo que buscava naturalizar e difundir.

### Os predicados do sujeito *Veja*: construção de legitimidade na elaboração de uma empresa de notícias

Se um marciano viesse à Terra e decidisse ficar sabendo dos eventos da hora que passa, haveria de alcançar a banca mais próxima para munir-se de uma revista semanal de informação. Depois da leitura, somente lhe faltaria tirar o chapéu para si próprio. Pois a revista semanal de informação, desde que realmente digna do rótulo, conta os fatos, explica-lhes os porquês e relaciona-os com o passado para desenhar, com razoável grau de aproximação, o perfil do futuro (VEJA, 06/09/72, p. 3).

Se chegasse à Terra em 1972, o alienígena imaginado pelo editorial de *Veja* precisaria de um grande esforço para se situar. Suponhamos, como sugere a revista, que se dirigisse a uma banca de jornais. Se o seu paradeiro fosse o Brasil e lhe sobrassem Cr\$ 3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos) poderia escolher, dentre as muitas possibilidades, adquirir o exemplar mais recente da revista *Veja*. A capa de seis de setembro prometia inclusive uma explicação de todo útil para alguém em sua situação: “*como se faz uma nação*” (VEJA, 06/09/72, capa). Ao comprar este número receberia do vendedor, como apêndice inesperado, outro material, publicado na mesma data e dedicado à história da própria revista que agora tinha, digamos, em mãos. Nas primeiras páginas encontraria reiteradas promessas de “*informação honesta*”, “*relato honesto do que houve para explicar o que há e antever o que haverá*”, arrematadas num “*tão honesto*” (VEJA, 06/09/72, p. 3) texto final. No caso de a credulidade ser característica atribuível a um extraterrestre ou sendo aquele um incauto leitor, é possível que, ao final da leitura, estivesse tomado pela sensação de estar em posse de um opúsculo da honestidade. Do contrário, poderia desconfiar que a publicação por parte de uma revista de um número dedicado a enaltecer sua própria trajetória, afirmando insistentemente seu compromisso para com a honestidade, nada tem de casual.

Em muitas ocasiões anteriores a esta e com estratégias das mais variadas, *Veja* procurou elaborar um discurso capaz de convencer a seus interlocutores terráqueos sobre sua imparcialidade,

sua firmeza no tratamento e divulgação dos fatos e sobre sua capacidade de, conhecendo-os bem, desvendar suas prováveis consequências, seus possíveis desdobramentos.

Por causa do seu invencível hábito de procurar as razões dos fatos, VEJA às vezes consegue descobrir as leis que os governam, as suas relações com outros fatos e os propósitos dos personagens que os desencadeiam. Assim, em certos casos, conhecendo um fato, VEJA pode antecipar os seus desenvolvimentos (VEJA. 12/11/69: 21).

Nenhuma dessas funções atribuídas pela revista a si mesma deve passar despercebida. Ao arrogar-se um conhecimento tão completo sobre o passado, o presente e o futuro, sobre supostas leis que governariam os acontecimentos, o semanário assumia, inclusive abertamente, o seu papel de escola de adultos (GRAMSCI, 2006). Punha-se diante da possibilidade de desenhar para os seus leitores um rascunho completo dos acontecimentos, atribuindo-lhes juízos de valor e graus de importância afinados com a visão de mundo que buscava difundir. Não se tratava somente de uma fotografia imóvel da realidade, mas da formulação de interpretações sugestivas a seu respeito. Nesse sentido, Carla Luciana Silva (2005, p. 21) destaca que

A força da imprensa se dá pelo seu poder dissuasório, de convencimento, e de criação de visão de mundo, o que está também diretamente relacionado com a necessidade de reprodução do sistema (seja pela defesa de práticas políticas, seja pela defesa de padrões de consumo, por exemplo). Interligando esses dois aspectos está o caráter de possibilitar e facilitar o gerenciamento em torno das necessidades capitalistas: através da formulação, a organização, e a ação vigilante em torno da execução do planejado. Isso nos leva ao papel político e partidário desempenhado pela imprensa, a partir do qual ela cumpre o papel de estado maior das relações do capital.

Procurando maior efetividade na realização desses objetivos, a revista tratou justamente de encobrir-se sob uma manta de imparcialidade. Analisando as construções discursivas do semanário, Patrícia Nascimento (2002, p. 82) demonstrou, por exemplo, que em seus textos *Veja* se utilizava recorrentemente de estratégias narrativas dirigidas a sugerir “um descomprometimento com a informação veiculada”: “há que se entender o problema”, “há que se fazer algo com ele”, etc.

Como demonstraram Carla Luciana Silva (2005) e Edina Rautenberg (2011) em suas imprescindíveis análises a respeito da criação da revista e sua atuação em diferentes cenários, a autoafirmação, a construção de uma figura impessoal, de um *sujeito Veja* atuando de forma autônoma e merecedora de credibilidade cumpre uma função dotada de, pelo menos, dois sentidos evidentes. O primeiro, e que salta imediatamente aos olhos, é o de convencer o seu leitor do importante papel que cumpre, de atraí-lo com o sirênico canto das próprias virtudes. Sublinhando, a fim de naturalizar, o seu “papel social”, a linha editorial do periódico deixava oculto o seu caráter partidário, ou seja, o programa político que defendia e buscava difundir:

O principal artifício que *Veja* se utiliza para “desaparecer” enquanto portadora de intencionalidades próprias, de interesses sociais e de frações de classe é a sua auto-definição enquanto um “sujeito”, escondendo ser interveniente no próprio processo político(...). Para isso se coloca como defensora de uma “missão” e de uma dada “responsabilidade”; se atribui

uma função de “vigilante”; se coloca como portadora de “verdade”. É sob essas bases que se coloca a revista *Veja*, ocultando sua ação concreta partidária (SILVA, 2005, p. 90).

A noção de partido adotada por Silva e Rautenberg não é aquela de um partido formal, disputando eleições, divulgando sua plataforma num tedioso horário político obrigatório. No pensamento gramsciano, as preocupações com o jornalismo se inscrevem no interior de reflexões sobre as formas de estabelecimento e manutenção da hegemonia. Assim sendo, a produção escrita publicada em jornais e revistas é percebida como um espaço onde se exercita a formulação de consensos a respeito de determinados projetos políticos, em função análoga à de um partido. A ideia de partido refere-se, portanto, a

todo e qualquer aparato privado de hegemonia que organize um grupo, construindo o que ele [Gramsci] chama de vontade coletiva organizada. A hegemonia deve ser entendida, portanto, como um elemento mais amplo, sendo o consenso, formas específicas dessa hegemonia. O consenso torna-se o elemento por meio do qual a hegemonia passa a fazer sentido para as pessoas (RAUTENBERG, 2011, p.66).

É nessa perspectiva que Gramsci (2007) define a imprensa como uma verdadeira “escola de adultos” que, atuando de forma partidária, funciona como meio para organizar e difundir determinado tipo de cultura. Nesse sentido, a influência exercida pela imprensa sobre a chamada “opinião pública” cumpre a função de construir ou conservar determinados valores e crenças na sociedade e no contexto em que se inserem, elaborando consensos a respeito dos projetos que defendem, o que seria fundamental para a manutenção do “exercício normal da hegemonia”.

O exercício ‘normal’ da hegemonia no terreno que se tornou clássico do regime parlamentar é caracterizado por uma combinação de força e consenso que se equilibram, sem que a força sobressaia muito ao consenso, ao invés, apareça apoiada pelo consenso da maioria expresso pelos chamados órgãos de opinião pública (os quais, por conseguinte, em certas situações, são multiplicados artificialmente) (GRAMSCI, 2007, p.59).

Além disso, o grupo empresarial responsável pelo lançamento de um semanário, neste caso a editora Abril, preocupa-se pelo seu consumo. De acordo com Muniz Sodré (1980, p. 45), “mais do que qualquer outro veículo impresso, a revista está diretamente vinculada à estrutura capitalística do mercado. E o interesse do editor é que ela se venda, assim como um sabonete ou uma roupa”. Tornando-se atraente para uma maior quantidade de leitores e leitoras, o material publicado passa a ser também, segundo a lógica de mercado em que se insere, mais atraente para possíveis anunciantes que, por sua vez, influenciarão de modo definitivo – ainda que indiretamente – no conteúdo do produto.

A verba obtida com a venda de espaço publicitário em suas publicações tem-se mostrado fundamental para a manutenção dos meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Como aponta Silva (2005, p. 150) a respeito de *Veja*, “a revista parece chegar nas bancas (ou nas casas dos assinantes) já integralmente paga” pela verba recebida pela cessão de espaço publicitário.

O próprio periódico deixa vislumbrar esse vínculo na tentativa de associar a confiança dos leitores ao aumento de anúncios publicitários: “no caso de revistas que engordam ao sabor de um volume cada vez maior de publicidade, tem-se aí um dos sintomas mais eloquentes do sucesso” (VEJA, 10/10/1973, p. 19) já que, segundo a revista, “como é fácil compreender, páginas de anúncios significam confiança dos anunciantes inevitavelmente motivada por uma comprovada confiança dos leitores” (VEJA, 10/10/1973, p. 19). Indo além, *Veja* dedica-se a fazer propaganda da própria ferramenta publicitária, apresentando-a como um sintoma de progresso, de liberdade:

Arma afiada da mercadologia, a publicidade é um dos sintomas mais transparentes das qualidades de uma sociedade democrática. Ela propõe escolhas a quem se dirige e portanto atua para ratificar o direito de cada indivíduo de orientar-se livremente na hora até de optar entre diferentes barbeadores ou cursos de língua. Ao mesmo tempo, é promotora do progresso e bem-estar: não há outro instrumento tão eficaz para acionar o círculo vicioso e benfazejo do aumento e do escoamento da produção (VEJA, 19/12/1973, p. 18).

A compreensão do caráter empresarial dos meios de comunicação interfere enormemente na análise de seu conteúdo. Primeiro porque permite esquivar da pretensão de isenção que a concepção liberal atribui à atividade jornalística. Depois porque entendendo o funcionamento comercial de uma editora é mais fácil vislumbrar as hierarquias e relações de poder presentes no trato entre donos, diretores de redação e repórteres deste ou daquele periódico. Além do mais, a busca por um posicionamento favorável no mercado editorial interfere profundamente nas diversas fases da produção do material a ser publicado: na escolha dos temas a serem abordados, nas suas fontes e na sua forma de publicação. A esse respeito, Luís Felipe Miguel (2002, p. 21-22) traz conclusões esclarecedoras:

A despeito da diversidade de empresas de comunicação, o produto final apresentado aos consumidores de informação tende a se mover dentro de um espectro de variedade bastante limitado. O processo industrial de produção da notícia, com seus prazos rígidos, força os jornalistas a buscarem a informação nos locais de onde ela brota de maneira mais rápida e segura: as assessorias de imprensa dos governos e das corporações. A concorrência pelo mercado leva à padronização dos conteúdos, com a imitação recíproca das inovações exitosas; o “furo” que diferencia um veículo é a pauta de seus rivais para o dia seguinte (...). Por fim, nas questões cruciais, é exercido o poder dos controladores da mídia. Independente de suas diferenças, todos são, por definição, proprietários de empresas capitalistas, dependentes, por sua vez, de outras empresas, as anunciantes. Portanto, possuem certos interesses básicos em comum.

Embora não possam ser ignoradas as peculiaridades da ação dos sujeitos concretos, a autonomia dos jornalistas no interior de um órgão de imprensa tende a ser significativamente limitada pelas opções do dono da empresa, quem termina por definir, com maior ou menor rigidez, o conteúdo ideológico do que será publicado. Segundo Anne-Marie Smith (2000, p. 54), “a organização interna dessas publicações era vertical, com uma hierarquia bem definida. Os donos detinham a autoridade definitiva ainda que distante”. Como à maioria dos trabalhadores assalariados, o risco da demissão, da retaliação, do puxão de orelha, ronda também as horas de trabalho na redação.

Ignorar esse fator pode significar alimentar o folclore acerca da atuação do jornalista, bastante útil ao processo de vinculação empática com os leitores e de reivindicação de posse de versões isentas sobre os fatos. Silva (2005, p. 11) demonstrou que a reprodução desta perspectiva ao longo dos editoriais de *Veja* cumpre, novamente, o papel de autopromoção:

São os mesmos argumentos para convencer da superioridade da revista: o empenho de seus jornalistas, que desmarcam viagens, deixam de comemorar aniversários, galanteiam, viajam no lombo de um búfalo, se submetem ao frio e má alimentação na prisão ou no acampamento sem-terra; vivem grandes aventuras; fazem de tudo para convencer seus entrevistados a falarem.

Este tipo de elaboração heroica sobre o trabalho dos jornalistas termina por ocultar o caráter criptonítico da intervenção de diretores de redação e proprietários de veículos de comunicação no tratamento final do material recolhido. “O que acaba sendo publicado é a opinião ‘da revista’, dada no fechamento do editor. O resultado dessas vastas pesquisas muitas vezes não passa de matérias totalmente reformuladas pelo editor, que faz com a reportagem fale o que ‘Veja pensa’” (SILVA, 2005, p. 11).

Em entrevista concedida a João Batista de Abreu em julho de 1997, Mino Carta, editor da *Veja* ao longo de quase todo o período abordado neste trabalho, recordava sua experiência à frente da revista e a atuação da editora Abril da seguinte forma: “Eu tinha uma enorme autonomia na *Veja*. Era diretor de redação e diretor da Editora Abril. A Abril era uma outsider. Era grande, era forte, mas era outsider do sistema” (ABREU, 2000, p. 65). Embora não seja pertinente discordar da sensação de autonomia experimentada pelo ex-diretor da revista, chama a atenção a ausência de referência às relações com seus chefes, os proprietários da editora, cujo ponto de vista parece consideravelmente distinto. A esse respeito, Roberto Civita, um dos proprietários da Abril, se posicionou dizendo que:

Eu não vejo nenhuma revista dessa casa, muito menos *Veja*, como sendo independente de mim. Não faz sentido. (...) Você não pode ter a editora achando que a livre iniciativa é a solução para o País e ter uma redação que acredita que o ideal é acabar com o lucro ou a iniciativa privada. Isso tem de estar alinhado. Então, Mino tem razão quando diz que tinha independência. Mas não tinha autonomia (ALMEIDA, 2009, p. 26).

Ao analisar a boa circulação dos donos da Abril pelos corredores do poder, Rautenberg demonstra ainda que, para além da confidente avaliação de Civita, a editora tinha outros motivos para alimentar em suas publicações certa simpatia para com as políticas governistas, interditando, sempre que necessário, as vozes dissonantes no interior de seus veículos.

É interessante apontar a dinâmica da revista: é a partir da cobertura política, iniciada pelo trabalho de [Raimundo] Pereira junto à cobertura do processo que vai desde a doença de Costa e Silva até a posse de Médici, que a revista *Veja* consegue se estabilizar no mercado. No entanto, quando essa cobertura fere os interesses da ditadura, o dono da Abril não titubeia em dispensar parte do seu quadro jornalístico. Essa troca de favores é uma constante na revista (RAUTENBERG, 2016, p. ).

O próprio Mino Carta terminaria sendo vítima de uma dessas barganhas. Desde 1974, havia feito circular no editorial da revista algumas críticas ao encobrimento de fatos por parte do regime militar e à persistência da censura aos meios de comunicação. Em 1975, o mal-estar gerado pelas publicações de Carta, que já haviam ocasionado vários pedidos por sua demissão, encontrou seu desfecho através de nova troca de favores entre Victor Civita e representantes do governo militar:

Segundo Nilton Hernandes, nessa época Victor Civita queria construir hotéis, e os pedidos de empréstimos encaixavam na mesa dos ministros. Em dezembro de 1975, Mino Carta se despede de *Veja*, segundo ele, para 3 meses de férias (CARTA, Mino. Carta ao Leitor. *Veja*, n. 382, 31 de dezembro de 1975, p. 19). Ele nunca mais voltaria à revista. Em 1976, Civita obteve o empréstimo (RAUTENBERG, 2016, p. ).

Em boa parte do período abarcado por nossa investigação, *Veja* sofreu distintas formas de censura. Entre maio de 1974 e junho de 1976, e durante alguns meses de 1972, chegou inclusive a ter seus números filtrados pela censura prévia instalada no interior da redação do semanário. Esse elemento, embora nada descartável, precisa ser avaliado em sua justa medida. Inclusive porque para além da violência restritiva imposta pelo governo militar, capaz de alimentar a denominada “cultura do medo” e de incutir na prática redacional as precauções da autocensura, houve também cenas de colaboração por parte de jornalistas e editores com relação ao regime, como demonstrou Beatriz Kushnir (2004) em seu trabalho a esse respeito.

De acordo com Maria Fernanda Lopes Almeida (2009, p. 26), dentre as 138 matérias de *Veja* total ou parcialmente vetadas pela censura entre 1970 e 1976, 22 referiam-se às questões internacionais abordadas pela revista. É importante destacar que, seja na forma dos famosos bilhetinhos, telefonemas aos editores, seja através da presença de um agente fiscalizador em sua redação, a revista conviveu nos seus primeiros anos com os limites impostos pela censura, numa relação restritiva que envolveu também trocas de favores e negociatas entre representantes dos governos militares e os proprietários da editora Abril (RAUTENBERG, 2016). No entanto, embora seja preciso levar em conta os efeitos da autocensura na atuação de repórteres e editores, no que diz respeito à cobertura internacional, a margem de atuação parece ter sido maior. Apesar de não ser aconselhável exagerar ou generalizar a busca de margens e brechas para escapar da tesoura do censor, Abreu (2000, p. 68) faz algumas úteis considerações:

Um recurso para romper a censura era abrir espaço no noticiário internacional para falar de regimes ditatoriais em outras partes do mundo, denunciando as atrocidades, a censura e desmandos do ditador. Como não se podia criticar o regime militar doméstico, condenavam-se os governos semelhantes no exterior, na esperança de que o leitor fosse capaz de estabelecer uma analogia entre os regimes.

Analisando a abordagem dada por *Veja* à situação política no continente americano ao longo dos anos 60 e 70 é difícil concordar com parte dessa afirmação. Embora pareça absolutamente

comprovável que a revista tenha encontrado no setorial internacional um lugar para atuar com maior flexibilidade do que aquele dedicado à política brasileira, por exemplo, não são tão recorrentes, embora existam, as críticas às atrocidades cometidas pelos governos militares nos países vizinhos. Essa maior flexibilidade significava, na prática, a disponibilidade de maiores recursos para difusão de seu programa, como trataremos de demonstrar a seguir.

Não é nossa intenção nesse trabalho avaliar a eficácia das estratégias utilizadas pela revista para influenciar seus leitores, ou seja, de que forma essa propaganda de isenção foi percebida pelos interlocutores na prática. Embora a *Veja* tenha tratado de fornecer exemplos que lhe fossem favoráveis nesse sentido, também é aconselhável coloca-los em questão. A publicação de mensagens enviadas pelo público nas primeiras páginas de cada edição tratava de oferecer um termômetro a respeito do prestígio de que gozava: “São três anos de jornalismo sério, permanentemente voltado ao propósito de informar com precisão seus leitores e ajudá-los a compreender e interpretar os acontecimentos não raro complexos do mundo moderno” (VEJA, 08/09/1971, p. 8). Esse tipo de saudação à existência da revista e a afirmação de sua qualidade aparecia publicado principalmente na época de seu aniversário, ocasião em que *Veja* não hesitava em ostentar as impressões de seus leitores mais ilustres:

Veja aniversaria. Parabéns, poderia ser a forma normal e polida de saudá-la. De mim, porém, quero pôr algo mais que o formal, nesta saudação, pois me agrada, sobretudo como ministro da Educação e Cultura, verificar a aceitação de um periódico de boa qualidade, o que prova a existência de um público apto, por sua independência e pelo grau de escolaridade, a receber informações bem elaboradas e usá-las como fonte de atualização de conhecimentos (VEJA, 08/09/1971, p. 8).

Em casos como esse, a propaganda de sua imparcialidade poderia vir diluída nas palavras de figuras provavelmente caras à maioria dos leitores: “Gosto de ler VEJA na medida em que ela habilita a ver com os próprios olhos e analisar com a própria cuca” (VEJA, 08/09/1971, p. 14). Desse ponto de vista, tal como buscava se apresentar, a revista não seria mais que um equipamento auxiliar no “exercício da visão e avaliação da própria vida”, permitindo-lhe sublinhar, uma vez mais, sua certeza “de ter sido, sempre e acima de tudo, honesta” (VEJA, 08/09/1971, p. 18).

Luís Felipe Miguel (2002, p. 22) faz considerações muito interessantes a respeito dessa relação entre o que é veiculado na mídia e a forma de recepção dos leitores:

Seu público não absorve passivamente a visão de mundo que recebe da mídia, numa relação de mão única, como algumas teorias do início do século 20 faziam crer. Esses velhos mitos já estão desacreditados; o consumidor de informação seleciona, interpreta e enquadra o material recebido, de acordo com os códigos que possui, com sua experiência vivida, com saberes tradicionais, etc. No entanto, a ênfase unilateral no papel ativo do consumidor de informação é tão redutora quanto o discurso anterior, que fazia dele uma marionete. Por mais que ele reelabore as informações, a matéria prima com a qual precisa trabalhar é dada pelos meios – e o fato de ter que trabalhar com aquelas mensagens, e não com outras, já direciona e limita sua interpretação. Mesmo os códigos culturais que manipula são produzidos num ambiente social em que a presença da mídia é significativa. Ou seja, os meios



de comunicação possuem um impacto significativo na percepção que os indivíduos formam do mundo que os cerca, impacto que se manifesta, também, em seu comportamento político.

Repetição, contradição, divulgação de informações truncadas: a análise seriada das publicações permite problematizar a partir de diversos prismas as afirmações de *Veja* sobre si mesma. Permite, e talvez seja isso o mais interessante, duvidar das margens legadas pela revista para uma interpretação ativa por parte dos leitores. Ao interrogar o conteúdo difundido pela revista através de fórmulas e estratégias dirigidas a torná-lo convincente, “verdadeiro”, é possível perceber em seu sentido mais e menos evidente o caráter unidimensional das interpretações propostas pela linha editorial do semanário. Algo que vai ao encontro do que Edward Herman e Noam Chomsky (2003, p. 360) classificaram como Modelo de Propaganda:

Em contraste com o tradicional conceito da mídia de mal, teimosa e ubíqua em sua busca pela verdade e sua independência da autoridade, descrevemos e aplicamos um modelo de propaganda que realmente vê a mídia como servidora de um “propósito social”, mas não o de permitir ao público afirmar controle significativo sobre o processo político, suprimindo-o das informações necessárias para o exercício das responsabilidades políticas. Pelo contrário, um modelo de propaganda sugere que o propósito social da mídia é o de inculcar e defender as agendas econômica, social e política dos grupos privilegiados que dominam a sociedade nacional e o Estado. A Mídia serve a esse propósito de muitas maneiras: pela seleção de tópicos, distribuição de assuntos, enquadramento de questões, filtragem de informações, ênfase e tom, mantendo o debate dentro dos limites de premissas aceitáveis.

Assim, no decorrer de um longo e complexo processo de administração dos fatos pela mídia, a realidade vai tornando-se um objeto distante, soterrada pelas várias camadas de embustes e imprecisões. Perseu Abramo (2003) expôs as minúcias desse procedimento. No importante trabalho em que avalia os padrões de manipulação da grande imprensa, o autor demonstra que desde o momento de seleção e divulgação da notícia já começa a operar a interferência dos meios na veracidade das informações prestadas. Enquanto escolhem, recortam e “empacotam” os fatos para vendê-los como notícias, jornais e revistas terminam apresentando-os sem suas interconexões, seus processos amplos, suas condições e movimentos, resultando na elaboração de um retrato estilhaçado do real.

O efeito dessa manipulação é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade. A maior parte do material que a imprensa oferece ao público tem algum tipo de relação com a realidade. Mas essa relação é indireta. É uma referência indireta à realidade, mas que distorce a realidade. Tudo se passa como se a imprensa se referisse à realidade apenas para apresentar outra realidade, irreal, que é a contrafação da realidade real. É uma realidade artificial, não-real, irreal, criada e desenvolvida pela imprensa e apresentada no lugar da realidade real (ABRAMO, 2003, p.23-24).

Nas próximas páginas trataremos de analisar o conteúdo da imagem formulada por *Veja* a respeito da América Latina ao longo dos primeiros anos da década de 1970. Ou seja, questionaremos, em contínuo diálogo com o que tem sido exposto até aqui, o que a revista “disse” e “calou” enquanto supostamente construía sua versão honesta e isenta sobre a conjuntura continental. Esperamos

conseguir demonstrar que, longe de constituírem um retrato fiel dos acontecimentos, aqueles relatos compunham a plataforma de difusão do programa de *Veja*.

### **Da frigideira ao fogo: anticomunismo e Segurança Nacional nas publicações de *Veja***

Poucas imagens são capazes de transmitir com tanta intensidade o alheamento de alguém em relação ao seu objeto de interesse quanto a figura de um suposto habitante de outro planeta recém-chegado à Terra, espécie de forasteiro transcendental, desprovido de referências a respeito da complexa realidade em que está prestes a se inserir. Se levadas ao limite, as possibilidades do excêntrico episódio imaginado pelo editor de *Veja* nos permitem introduzir algumas das problemáticas que abordaremos ao analisar o conteúdo das imagens formuladas pela revista a respeito dos acontecimentos políticos, econômicos e mesmo culturais que tiveram lugar, ao longo dos anos 60 e 70 na América Latina.

De certa forma, ao deparar-se com notícias sobre outros países, o leitor de um jornal ou de uma revista se encontra diante de uma limitação semelhante à do improvável marciano de *Veja* no que diz respeito a estar desprovido de certas referências prévias, pessoais ou compartilhadas, a respeito do que está sendo dito. Num cenário que apesar de marcado pela expansão dos meios de comunicação de massa, ainda não dispunha do volume de informações acessíveis, por exemplo, através da internet, a limitação era ainda maior.

É difícil imaginar o conjunto dos leitores de uma revista brasileira em 1970 possuindo uma grande quantidade de conhecimentos prévios a respeito, por exemplo, das polêmicas emplacadas no V congresso interno do *Partido Revolucionário de los Trabajadores* (PRT) argentino e que levaram a uma importante cisão em suas fileiras. Ou ainda, que conhecessem detalhes sobre a participação de Paz Estenssoro na Revolução Boliviana de 1952, e as minúcias do percurso que o levou até a presidência do país antes que fosse substituído por René Barrientos. Esses nomes, datas, os fatos que os vinculam a um contexto mais amplo, vão conformando um mosaico cheio de lacunas à medida que saltam das páginas da revista que em 28 de outubro de 1970 reproduzia uma suposta correspondência de Juan Alberto Camacho atestando-lhe a missão cumprida: “Sr. Diretor: Depois de ler tudo o que VEJA publicou sobre a Bolívia cheguei à conclusão de que a América Latina está sendo ameaçada pelas esquerdas” (VEJA, 28/10/1970, p. 8).

Depois da leitura, era essa a sensação que lhe restava. Carla Luciana Silva (2009, p. ) demonstrou que diante da necessidade obter informações, e da impossibilidade de contrastá-las com outras fontes, ou com suas próprias experiências, os leitores tornam-se parcialmente reféns dos meios de comunicação no que diz respeito à obtenção de notícias internacionais.

Quando se trata da cobertura internacional há uma maior acriticidade, demarcada pela busca por informações que se origina do sentimento de humanidade geral, ou seja, as pessoas buscam saber o que está acontecendo no mundo como forma de sentir-se parte dele. No entanto, a dificuldade de acesso a informações confiáveis é muito maior, pois trata-se de lugares distantes, fontes difíceis, línguas desconhecidas.

Nesse cenário, é ainda mais importante para o periódico que aquilo que ele publica pareça “verdadeiro”, “isento” ou ao menos factível para o seu leitor. Luís Felipe Miguel (2002) lança mão de um conceito proposto por Anthony Giddens para elaborar o estabelecimento de certo “pacto” de confiança entre o leitor e as notícias que consome na mídia. É o chamado “sistema perito”. Para o autor, trata-se de sistemas aos quais as pessoas em geral recorrem sem serem capazes de compreender o seu funcionamento técnico ou avaliar, a priori, sua eficácia.

Assim, o sistema perito exige, da parte de seus clientes ou consumidores, a *confiança* em sua competência específica. É o caso do jornalismo. O consumidor de informação que lê um jornal ou assiste a um noticiário não tem, via de regra, como checar se determinada reunião realmente ocorreu em Brasília, ou se um furacão realmente castigou a Ásia. Ele *confia* no jornal ou no noticiário. Esta incapacidade de comprovação independente é tão acentuada que chega a particularizar o jornalismo dentre os diversos sistemas peritos. Quando alguém sobe num avião, está confiando nos saberes especializados de engenheiros e mecânicos, que aquela aeronave materializa. Mas essa confiança está ancorada na experiência vivida, por ele ou por seus conhecidos, de viajar de avião e chegar ao destino. No caso do jornalismo, na maior parte das vezes, essa possibilidade não existe. A confirmação da confiança que concedo a um determinado noticiário não é dada por minha vivência, mas pelos noticiários concorrentes, que apresentam conteúdo similar (MIGUEL, 2002, p.20-21, grifos do autor).

As ditaduras de Segurança Nacional implantadas no Cone Sul ao longo do século XX atuaram como um instrumento de “reenquadramento daquelas sociedades fortemente mobilizadas” (PADRÓS, 2005, p. 20), e tiveram como principal intuito adaptá-las aos novos padrões de acumulação do capital, afastando a ameaça representada pela crescente organização da classe trabalhadora no período. Foram regimes marcados pela robustez do aparato repressivo, mas não teriam se sustentado sem a capacidade de formular consenso a respeito do projeto que defendiam, e nesse sentido, veículos de comunicação como a revista *Veja* cumpriram um papel extremamente significativo. Enrique Padrós (2005), em um trabalho de esclarecimento das premissas componentes da Doutrina de Segurança Nacional, suas estratégias de difusão, seus significados e consequências políticas para o continente naquele contexto, sublinhava que

Os conceitos básicos elaborados dentro do pensamento da Doutrina de Segurança Nacional (“inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra-insurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais”, etc.) foram disseminados pelos países da região através de diversos mecanismos de transmissão (doutrinação militar, acordos na área do ensino, bens de consumo da indústria cultural) (PADRÓS, 2005, p. 20).

Analisando o discurso da *Veja* no período, não é difícil perceber seu alinhamento para com a maioria desses conceitos. Longe de se tratar de uma abstração totalitária, o ideário da Doutrina de Segurança Nacional, do qual a revista funcionou como porta-voz, dizia respeito à implementação de

um projeto político e econômico bem definido e assentou as bases para o enquadramento daquelas sociedades às necessidades estruturais do capitalismo.

Os regimes de SN (pese as singularidades de cada Estado nacional) foram o instrumento de reenquadramento dessas sociedades fortemente mobilizadas. Apesar da exposição do protagonismo militar e de certa autonomização conjuntural do mesmo, tais regimes representaram os interesses da fração burguesa que, hegemônica em termos internos, estava vinculada ao capital internacional como associada subordinada. Em termos econômicos, as ditaduras consolidaram, como características gerais, a internacionalização da economia, a aplicação das receitas do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o crescimento do endividamento externo, a concentração de renda e a exploração das “vantagens comparativas” (sobretudo a baixa remuneração da força-de-trabalho) (PADRÓS, 2005, p. 21-22).

Nos marcos da grande atenção depositada por *Veja* na política latino-americana ao longo de toda a década de 1970, foram publicadas longas reportagens destinadas a discutir os destinos políticos do continente, sempre alertando para os perigos da agitação vivida em países onde a esquerda alcançava o poder. Alguns dos aspectos da atuação pedagógica da revista tornam-se evidentes e a reprodução repetitiva do discurso antipopular não parece deixar dúvidas sobre seu alinhamento. A impressão deixada pela revista é a de que os governos de base popular representavam interesses estrangeiros, alinhados a Moscou e que a opção por saídas à esquerda representava “sair da frigideira para cair no fogo”.

“A Bolívia de hoje”, diz Pedro Cavalcanti da Editora Internacional de VEJA, “lembra o Brasil nos últimos meses do governo de Jango”. Pedro acaba de voltar de La Paz onde passou duas semanas entrevistando personalidades políticas bolivianas, *registrando fatos*, recolhendo impressões para a reportagem de capa desta edição. A Bolívia é um *típico país hispano-americano*, de história densamente povoada por “caudillos” e oligarcas e que, *de repente*, depois do último golpe, parece disposta a mudar de rumos- para sair da frigideira e cair no fogo (VEJA, 21/01/1970, p. 17).

No editorial de uma edição que tinha como capa um questionamento retórico a respeito da política no país vizinho – “Bolívia: um vizinho comunista?” (VEJA, 21/10/1970, capa) – é possível perceber algumas posturas que se mostraram recorrentes nas publicações da revista ao longo do período pesquisado.

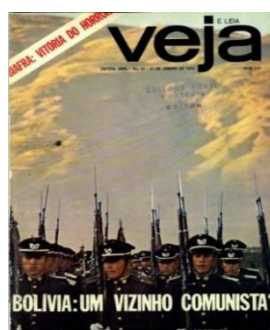


Figura 1 – Capa de *Veja*  
Fonte: Ed.72, 21/10/1970

De saída, *Veja* reivindica autoridade em relação ao que será relatado: Pedro Cavalcanti esteve duas semanas em La Paz, tempo supostamente suficiente para conversar com “diversas personalidades políticas bolivianas”. As informações que saíram publicadas naquele número, segundo faz saber a Carta ao Leitor, foram também “recolhidas” e “registradas” nessa ocasião. Não há participação ativa do repórter na interpretação dos acontecimentos, ele apenas traz consigo, como um souvenir, aquilo que viu e ouviu. Diferentemente das informações referentes a outros países e contextos, obtidas através de agências internacionais de notícia, diante de acontecimentos que julgava decisivos para a América Latina, a revista fez sempre por onde enviar seus próprios repórteres. A partir disso, a conclusão sugerida expõe uma percepção fortuita dos acontecimentos: de repente, um golpe de estado. Além disso, sendo um exemplar “típico” dos países hispano-americanos, a Bolívia podia ser, inclusive, comparada a qualquer outro deles em sua sina inevitável: “contamos aonde chegaram os primeiros passos que a Bolívia de Ovando deu a caminho do fogo. Tudo indica que lhe falta pouco para cair nele, sem remédios” (VEJA, 21/10/1970, p. 17).

Não há complexidade, não há contraditório e nem processo histórico, há apenas um acontecimento repentino que guia o país rumo à catástrofe. A comparação com a situação brasileira antes do golpe de 1964 também não deve parecer casual. O projeto de superação de um passado “populista”, “corrupto” é uma das marcas das ditaduras de segurança nacional implantadas naquele período.

Em outubro do ano anterior a revista já tinha dado mostras de sua forma de apreensão da realidade latino-americana, resumindo em umas poucas linhas alguns anos da história da Bolívia:

E, quando as primeiras medidas nacionalistas do novo Governo começaram a circular na manhã do golpe, falou-se imediatamente em um novo General Alvarado, como se o espírito nacionalista tivesse viajado, através dos Andes, de Lima até La Paz. (...) Mas a verdade é que o programa apresentado por Ovando Candia – nacionalização das indústrias básicas, maior tributação sobre os lucros do petróleo e moralização pública – é o mesmo anunciado por Barrientos quando tomou o poder em 1964 e quase o mesmo que Paz Estensoro usou como lema da revolução de 1952. *A monótona repetição dos ideais revolucionários significa a impossibilidade prática de sua realização* (VEJA, 01/10/1969, p.40, grifos meus).

Novamente, o processo político de acirramento das lutas de classes, as disputas entre projetos revolucionários, reformistas e conservadores no continente é resumido a um “espírito nacionalista” que houvesse talvez viajado do Peru à Bolívia sem maiores explicações. Além disso, um programa de governo voltado ao desenvolvimento nacional, em oposição à política intervencionista norte-americana, é apresentado como a monótona repetição de ideais impraticáveis em que “os generais recomeçam eternamente a mesma revolução impossível” (VEJA, 01/10/1969, p. 41).

A partir de setembro de 1970, as notícias a respeito do continente orbitaram entre alguns temas principais: a luta armada, os governos de base popular na Bolívia e no Peru, a vitória do socialista Salvador Allende no Chile e algumas questões diplomáticas envolvendo o Brasil e os outros

países cuja relevância nem sempre é fácil de identificar, apesar do tratamento destacado que mereceram por parte da revista.

A vitória de Allende foi apresentada pela *Veja* como um grande perigo. Apresentado em seu recorrente invólucro de casualidades, o acontecimento seria parte de uma “onda” esquerdista nos Andes que ameaçava pintar com tinta vermelho-sangue todo o restante do continente. Aqui, a revista lança mão de outra estratégia discursiva recorrente: dirige-se ao leitor como se este já estivesse de acordo com o que será publicado não sendo, portanto, preciso convencê-lo. As afirmações taxativas interditam questionamentos:

Com a brutalidade das coisas inesperadas, as eleições chilenas destruíram um mito político de meio século e envolveram as capitais dos dois lados do mundo num estranho nevoeiro de perplexidade. (...) De fato, a vitória de Allende criou no Chile um sentimento nacional de perplexidade, de dúvida quanto ao futuro (VEJA, 16/09/1970, p. 38).

O mito a que a revista faz referência diria respeito à solidez das instituições políticas e democráticas do Chile agora ameaçadas pela vitória socialista. Se parece acertado dizer que a burguesia internacional e seus associados chilenos viram com grande apreensão o sucesso eleitoral de Allende, a afirmação de que se instalara um sentimento de perplexidade e dúvida não é generalizável para todo o país: por certo, para o grande número de apoiadores do novo presidente no campo da esquerda, a ocasião foi vivida com sentimentos bem mais animadores. No entanto, a revista insiste em considerar que “Durante toda a semana passada, com efeito, tornou-se claro que uma grande parte da população considera o golpe de Estado como a única solução política aceitável para o Chile de hoje” (VEJA, 16/09/1970, p. 42). Colocar suas próprias previsões ou projetos políticos na voz de um sentimento nacional difuso, de inexpressivos “especialistas” ou de uma amorfa “grande parte da população” foi uma das estratégias mais utilizadas por *Veja* para associar legitimidade ao que estava sendo publicado, e para apontar rumos que julgava adequados sem se deslocar de sua tão reivindicada isenção.

Diante de uma vitória do campo da esquerda, mesmo as suas supostas convicções liberais e democráticas vacilam. São substituídas pelo prognóstico, que é também um “aviso de incêndio”, segundo o qual o Chile “ameaça agora transformar-se no foco da nova violência, confirmando talvez a expressão desencantada de Simón Bolívar: ‘Esta América é um caos’” (VEJA, 16/09/1970, p. 44).

Como centro das atenções de *Veja* durante os números de setembro a novembro de 1970, Peru, Chile e Bolívia foram constantemente apresentados como perigoso “foco de contágio”<sup>1</sup> para o restante do continente.

Numa edição em cuja capa aparecem os três países tingidos de vermelho diante do questionamento “até onde vai a esquerda”, a revista alertava

---

<sup>1</sup> *Veja* repete essa expressão em quase todas as notícias a respeito do assunto.

Mais que isso, toda a América Latina passará a constatar se outros tempos, tempos incertos de esquerda, estarão de fato se iniciando no continente. (...) o Peru e a Bolívia, com maior ou menor seriedade, se aprofundam progressivamente na sua linha “nacionalista de esquerda” – de desfecho ainda nebuloso mas, certamente, sem nenhuma relação com os regimes anteriores, liberais ou dominados por caudilhos. E o esquerdismo latino-americano, que durante a década de 60 esteve confinado em Cuba, poderá, nos anos 70, tomar novos contornos junto à cordilheira andina (VEJA, 28/10/1970, p. 28).

Em 11 de novembro daquele ano, a revista ainda alertava para o fato de que “A experiência chilena da Unidade Popular, que levou um governo marxista ao poder no palácio de La Moneda, ameaça tornar-se atualmente o vírus de mais rápido contágio entre os grupos de esquerda do continente latino-americano” (VEJA, 11/11/1970, p. 42). Em um trabalho recente, Carla Luciana Silva demonstrou o sentido ocupado pela utilização de um vocabulário que naturaliza as contradições do capitalismo na construção dos discursos elaborados pelo jornalismo econômico. Em certo sentido, suas conclusões são também extensíveis ao tratamento dado aos processos de luta e ação política que retratados sempre como “ondas”, “tempestades”, “ventanias”, componentes naturais de uma ordem que, estabelecida, não deve ser contestada:

Parece ser mais fácil e mais aceitável falar em “contágio”, algo que se transmite como uma doença, como se a doença em si não pudesse ser controlada. É uma solução para evitar falar em processo e relações sociais. São formações discursivas presentes com muita frequência no noticiário econômico, sobretudo no texto de *Veja*, que não abre espaço para qualquer fala divergente (CORREA & CHAVES, 2016, p. 284).

Assim, apesar de as décadas de 60 e 70 terem sido momentos em que a ordem capitalista internacional foi amplamente contestada por projetos das mais variadas estirpes e profundidades, e de as sociedades, sobretudo na América Latina, terem experimentado momentos de intensa transformação política, em *Veja*, tudo não passava de ocorrências ambientais:

*os ventos da política* ameaçam varrer todos os cálculos das mesas dos economistas (VEJA, 17/09/1969, p. 55).

A semana passada parecia indicar que, para o governo do general Alejandro Agustín Lanusse a chegada da primavera na Argentina faria *florescer*, principalmente, *crises* (VEJA, 19/01/1972, p. 28).

Nem mesmo o país mais setentrional da América Latina, o México, esteve ao abrigo da *tempestade de violência* que atingiu o continente na quinzena inaugural de 1972 (VEJA, *idem*, p. 29).

Não mais, como antes, para ver se elas estariam guardadas por tanques, numa espécie de consulta a um infalível barômetro, indicador de *tempestades políticas* (VEJA, 14/03/1973, p. 34).

Wilson Palhares, especialista de América Latina da seção Internacional, é um veterano de coberturas em Buenos Aires, para onde regularmente se desloca sempre que o *termômetro* argentino registra *elevações de temperatura* (VEJA, 06/06/1973, p. 17).

*A febre*, em Buenos Aires, continua subindo (VEJA, 06/06/1973, p. 17).

Após o golpe militar no Chile, o combate às esquerdas em vários países do continente entrou em *ebulição* (VEJA, 10/10/1973, p. 36).

Novas organizações criminosas estavam *brotando* no vasto *canteiro de terror* argentino (VEJA, 06/02/1974, p. 46)

Nestes três anos embebidos em dúvidas, equívocos e violências, VEJA foi registrando uma progressiva *elevação da temperatura* chilena (VEJA, 20/02/74, p. 17).

E, ante o *maremoto* de conflitos trabalhistas que *explodiu* depois de 1º de julho (VEJA, 14/08/1974, p. 54).

Outra estratégia recorrentemente utilizada pela revista para ocultar a complexidade do processo histórico foi a desqualificação pessoal – muitas vezes leviana – de personalidades vinculadas a organizações populares e governos de esquerda. Pitorescos, atrapalhados e incapazes, sua existência é inserida num quadro mais amplo de estigmas relacionados à América Latina onde os sujeitos atuavam sempre por impulso, de forma irrefletida ou idiotizada. Torna-se difícil compreender, inclusive, que tipo de percurso teriam traçado para alcançar o poder. Exceções abertas, por certo, aos agentes do conservadorismo, sempre retratados como elegantes, ponderados, eruditos – Pinochet tem figura de touro e serenidade jovial (VEJA, 20/02/74, p. 50), por exemplo. Assim, erguia-se um “sem sentido” ao redor dos projetos políticos que desafiavam a ordem e o cenário de trabalhadores assumindo o poder era substituído pela imagem de patetas imprevisíveis.

Mas já se observa no Chile uma reação contra uma possível tendência do governo de escolher funcionários mais pela pureza de seu espírito revolucionário do que por seus dotes intelectuais. Sobre os ministros de origem proletária correm em Santiago várias histórias pouco generosas. Um deles teria encomendado 1000 envelopes redondos “para enviar circulares”. Outro – o da Fazenda – teria revirado todo o Ministério em busca dos pesos da balança de pagamentos. O mais infeliz, no entanto, ainda é o caso do ministro do Trabalho que ficaria horas sentado em seu gabinete à espera de que a sirena indicasse o fim do expediente (VEJA, 13/01/1971, p. 39).

A análise dos números publicados entre 1969 e 1974 esclarece a forma como a revista, durante o período pesquisado, se esforçou no sentido de influenciar a percepção dos leitores acerca do cenário político regional, ressaltando o caráter conflitivo e indesejado da mobilização popular e sustentando a sensação de perigo iminente. A elaboração da imagem de uma América Latina caótica, cujo cotidiano estaria recheado por personagens insólitos e caricatos, foi utilizada pela revista como um espelho distorcido da realidade brasileira, na medida em que a partir dela, tratava de apontar rumos a seguir e a evitar. Quando, por exemplo, em julho de 1969 se propõe a apontar rumos para a política econômica argentina: “Se a Argentina deseja edificar solidamente seu próprio destino (e não apenas sua moeda), certamente seus governantes deverão se concentrar no desenvolvimento agroindustrial integrado” (VEJA, 09/07/1969, p. 26). Ou ainda, quando de forma ambígua, busca traçar uma espécie de manual latino-americano do Golpe de Estado, dirigido a criticar principalmente os governos de filiação nacional e popular em ascensão na cordilheira dos Andes,



deixa entrever situação semelhante à brasileira, despistando correlações diretas somente no período final:

Uma das primeiras tarefas de um governo golpista é a de justificar o próprio golpe. Em 90 por cento dos casos, fala-se da corrupção do governo anterior, das ameaças do comunismo e dos atentados à democracia. A questão do comunismo, bom argumento para impedir a fuga dos créditos americanos e conseguir o apoio das forças conservadoras, foi usada com regularidade quase absoluta nos últimos tempos. As acusações de práticas antidemocráticas são difíceis de aceitar, partindo de golpistas, na hora de um golpe - mas constituem uma justificativa moral imprescindível. Já os discursos sobre corrupção exprimem na maioria dos casos a pura expressão da verdade, embora os propósitos moralizadores do novo governo sejam altamente duvidosos. Desse ponto de vista, a Venezuela constitui o melhor exemplo (VEJA, 1/10/1969, p. 43).

A agitação alardeada pelo semanário em diversas ocasiões, ocuparia, num primeiro plano, um sentido de desordem a ser contida, de ameaça que se dissemina.



Figura 2 – Capa de Veja

Fonte: *Veja*. Ed. 39, 04/06/1969.

Nos limites daquele contexto “incendiário”, isso podia significar o apoio à atuação de agentes “extintores” – palavra ambígua – informados pelas DSN. Por isso mesmo, era preciso sublinhar a existência de um inimigo interno sem, contudo, descartar suas ameaçadoras conexões exteriores. Nesse cenário, a persistência da luta armada foi tratada sempre como um problema grave. Numa linguagem que em muitas ocasiões explicitava de forma consistente sua vinculação às premissas da DSN, o semanário tratou de difundir uma profunda contrariedade para com a existência desses adversários políticos alertando para a existência ameaçadora de exemplares semelhantes nos países vizinhos. Os envolvidos com a luta armada eram apresentados como lunáticos em sentido quase literal, à medida que eram também responsabilizados pelo fluxo das “marés montantes de violência” que teimavam em abater-se sobre o continente.

As Forças Armadas brasileiras são as maiores da América Latina (cêrca de 250 000 profissionais de carreira nas três armas – Exército, Marinha e Aeronáutica – além de um número aproximado de 200 000 recrutas que todos os anos passam pelos quartéis). Se todos os inimigos da Pátria pudessem ser colocados do outro lado da fronteira, essa força teria uma clara e única função: impedir que eles roubassem um pedaço do nosso mapa. O que acontece, porém, se o inimigo mais perigoso estiver dentro do País, como o subversivo, que quer destruir as Forças Armadas e o regime político por meio da guerrilha no campo e na

cidade, do roubo de bancos e quartéis e da propaganda comunista? As coisas se complicam, claro. (...) Então, dos três adversários da Pátria – miséria, ameaça de fronteira e subversão – restam apenas os amigos de Guevara, Lênin e Mao contra a segurança nacional e as Forças Armadas (VEJA, 10/09/1969, p. 34).

A atuação das organizações armadas foi, portanto, abordada em uma chave que não ultrapassou jamais sua definição enquanto uma prática terrorista e despropositada. Nesse sentido, para a revista, se podia falar “em violência gratuita, como se os bandos de moleques, que antigamente se compraziam em sair pelas ruas destruindo a pedradas as lâmpadas dos postes, agora comesçassem a correr o mundo sequestrando pessoas e queimando aviões” (VEJA, 23/09/1970, p. 34). Vista como um problema generalizado, a guerrilha não era apresentada em suas dinâmicas próprias, contradições e polarizações, mas como uma grande mácula ao momento político de vários países latino-americanos. Assim, a revista mescla propositalmente em seu relato as experiências guerrilheiras de distintos países, não hesitando em divulgar informações incorretas ou incoerentes a seu respeito.

Até 1971, os Tupamaros foram o principal alvo das críticas de *Veja*, no que diz respeito às ações armadas. O movimento, surgido em meados dos anos 60 fortemente vinculado aos trabalhadores açucareiros de *Bella Unión*, experimentou um rápido crescimento ao longo dos seus primeiros anos de existência, tendo se consolidado como uma das organizações político-militares de atuação mais efetiva no continente até os primeiros anos da década de 70. Sempre sublinhados por características patológicas, segundo a revista teria sido “no Uruguai, entretanto, que as possibilidades psicológicas do terror fantasiado de aventura filantrópica e do sequestro como arma política mostraram inicialmente sua existência (VEJA, 08/04/1970, p. 36). Apontados como semente do mal guerrilheiro, os Tupamaros foram recorrentemente recuperados pela revista associados à violência política em diversas outras nações, inclusive o Brasil. Nessa perspectiva, o que prevalece é a ideia de possível contágio de uma praga em disseminação.

O terrorismo nasceu nas cidades latino-americanas quando o estudante de direito Raul Sendic, em 1962, transformou a mobilização de um grupo de trabalhadores de cana no norte do Uruguai no grupo armado que se refugiou em Montevideu com o nome de Tupamaros. Foram eles que inauguraram a era de assaltos a bancos que entraria em vigor no Brasil no segundo semestre de 1967. Com eles também começou a técnica de sequestro político (Ulysses Reverbél, presidente da Companhia de Telefones, e Pellegrini Giampietro, banqueiro) que seria aperfeiçoada pelos terroristas brasileiros em setembro de 1969, quando o Embaixador Elbrick foi sequestrado (VEJA, 15/04/1970, p. 34).

Sua atuação foi constantemente descontextualizada, e o conteúdo de seu programa político soterrado pelas reiteradas formas de condenação. Mesmo quando surgem explicações a respeito da filiação ideológica e da composição política das organizações, o que fica patente é a diluição das diferenças na construção generalizada de uma atuação despropositada, sem sentido. De acordo com a revista, “o estabelecimento desse clima de insegurança dentro do anonimato das cidades” teria sido “o principal objetivo dos terroristas quando adotaram a técnica da guerrilha urbana” (VEJA,

18/03/1970, p. 54). Desse modo, para *Veja*, “O grande e agressivo T dos tupamaros, os guerrilheiros uruguaiois, é o símbolo da paz perdida por um país que já foi definido como a Suíça da América do Sul” (VEJA, 12/08/1970, p. 15).



Figura 3 – Capa de Veja  
Fonte: *Veja*. ed. 101, 12/08/1970

Aparecem com clareza os vínculos do programa defendido pela revista para com a Doutrina de Segurança Nacional. Ao chamar a atenção para os perigos da subversão, sublinhando a necessidade de contê-la, *Veja* demonstrava que a famosa publicação de críticas às práticas de tortura em suas páginas podia conviver com uma desconcertante argumentação em relação ao estabelecimento da pena de morte

O fato de que todos os homens são falíveis e imperfeitos não invalida, é claro, a condenação à morte. Na prática, sempre a sociedade procedeu como recomendava Santo Tomás de Aquino, na Idade Média: amputando seus membros infeccionados para salvar todo o organismo social. Quando a doença se alastra demais, a solução é cirúrgica, parecia dizer o autor da “Summa Theologica”. Os militares costumam comparar a subversão a um câncer que corrói o organismo social. Depois de todas as punições de 1964, acreditava-se que vastas doses de penicilina aplicadas no País doente teriam conseguido dar-lhe novamente a saúde. Agora, com o novo surto subversivo, e particularmente com o rapto do Embaixador, parece ter havido uma recaída. Teria chegado a vez da cirurgia (VEJA, 17/09/1969, p. 26).

As conclusões são ainda mais impactantes se aproximadas aos questionamentos levantados pela revista alguns meses mais tarde, ao final dos quais volta a solicitar soluções “médicas”.

Como nos tempos dos corsários e nas épocas de guerra, a política se transforma numa aposta simples e direta em torno da pessoa humana. Mas até que ponto o Estado pode perder? A América Latina é talvez o pior lugar do mundo para se fazer esse tipo de pergunta. (...) O rapto político, que volta à moda nos dias de hoje, não vai derrubar nenhum governo e os sequestradores sabem disso. Mas, a cada dia que passa, os limites de sua ação parecem atingir mais fundo a tranquilidade do Estado moderno (VEJA, 08/04/1970, p. 34).

A escalada das duas últimas semanas mostra que, se não for encontrado um remédio a tempo, a América Latina pode entrar numa era de crises cada vez mais frequentes e cada vez maiores (VEJA, 08/04/1970, p. 36).

Diante da possibilidade de retorno da democracia, *Veja* manteve acesos seus avisos de incêndio. O tratamento dado ao governo do retorno peronista e aos primeiros projetos de democratização levados a cabo na região são sintomáticos da forma restrita do apoio dado ao fim

da(s) ditadura(s) militar(es). A partir de 1974, sobretudo após o estabelecimento do general Ernesto Geisel como mandatário nacional, a revista, sempre atenta às premissas de Segurança Nacional, começou a apontar rumos para um processo de abertura que, lento e gradual, manteria as barreiras necessárias para impedir o efetivo exercício de poder popular. Nesse movimento, expressou diferenças importantes na interpretação de acontecimentos brasileiros ou exteriores no que diz respeito à necessidade de liberalização dos regimes. O esforço pedagógico, entretanto, se manteve o mesmo.

Em janeiro daquele ano, os clamores democratizantes da revista apareceram no editorial na forma de uma crítica bastante moderada a um dos pilares do autoproclamado milagre brasileiro: o consumo. Longe de discutir as bases daquele modelo de desenvolvimento, a publicação procurava apontar o que lhe parecia uma limitação. Ou seja, era preciso associar ao desenvolvimento econômico do país determinadas liberdades como, seguramente, a de imprensa. A respeito dos prognósticos para o ano que apenas começava, na Carta ao Leitor se dizia:

Ainda assim, talvez faltassem, para ouvidos mais esperançosos, em diferentes e significativas camadas da população, palavras mais definidoras de uma ideologia revolucionária que não se resume na busca do bem-estar material. Enfim, algo mais substancial para aqueles que se preocupam em medida igual com os brasileiros ainda situados à margem do desenvolvimento e com aqueles que, embora gozando dos benefícios do carro, do eletrodoméstico e da casa generosamente financiada, se ressentem da falta do livre debate das ideias, mesmo quando não percebem a gravidade desta ausência. Trata-se também de uma preocupação com as novas gerações, cuja saúde espiritual depende do maior ou menor entendimento que puderem ter do insubstituível conceito de liberdade. (VEJA, 23/01/74, p. 13).

Note-se, uma vez mais, a estratégia discursiva de mobilizar sujeitos indefinidos, de transferir sua voz para a de outros agentes, de simular, ou supor ao menos, a coesão entre seus argumentos e o de “tantos cidadãos”. Por exemplo, a respeito da conflitualidade atravessada ao longo do governo de Isabel Perón quase não parece haver fissuras entre “os argentinos” que ora não entendem seu discurso, ora não hesitam sobre a necessidade de uma intervenção militar:

Dessa forma, os argentinos que acompanhavam sua presidente falando pela televisão, pálida em seu tailleur preto cingido por um cinto de veludo, dificilmente puderam entender o sentido de um discurso híbrido e pueril (VEJA, 9/07/75, p. 34)

Nesse quadro sufocante, tanto quanto a certeza de que a relação mortos/hora certamente se estreitará ainda mais, os argentinos já começam a deixar de indagar “se”, para perguntar “como” e “quando” os militares, também eles transformados em alvos de baterias extremistas, vão interferir (...). No entanto, se se mantiver o ritmo de violência no país, já em níveis insuportáveis, parece inevitável um reforço na presença das Forças Armadas. O silêncio que os militares vinham mantendo até a semana passada poderia significar, simplesmente, a espera da hora certa para agir – uma hora que os terroristas parecem antecipar a cada rajada de metralhadora nas ruas das cidades argentinas. (VEJA, 2/10/74 p. 31-32)

As organizações armadas, aqui alcunhadas de terroristas, são apresentadas como agentes da antecipação do golpe. Os militares apenas esperariam o momento adequado – a fruta madura – à derrubada do governo de Isabelita que “parece estar conseguindo obter a unanimidade dos argentinos – todos contra seu governo” (VEJA, 25/06/1975, p. 33). A suposta unânime contrariedade é trazida, nesse caso, como um fator a mais na deslegitimação do terceiro governo peronista e ganha maior sentido quando vinculada às posteriores análises dos acontecimentos. Abordando tomada do poder pelos militares em 1976, *Veja* afirmava que “O golpe militar, em si, não chegou propriamente a surpreender – mais surpreendente, até, era que Isabelita estivesse conseguindo prolongar por tanto tempo, de desastre em desastre, a agonia de seu governo”. Dessa maneira justificava-se a medida de força e também o seu conteúdo.

Sem dúvida, para solucionar os problemas acumulados desse país à deriva, imerso num aluvião de violência que fez 1400 mortos nos últimos três anos, desordem social, desagregação política e angústia generalizada de seus quase 25 milhões de habitantes, as Forças Armadas necessitarão impor a si mesmas e aos demais argentinos uma verdadeira disciplina de tempo de guerra. (VEJA, 31/06/1976, p. 29).

Talvez valha a pena sublinhar uma vez mais a maneira como a revista elaborava afirmações genéricas, pressupondo, ao mesmo tempo que formula, acordos com os leitores: “Sem dúvida, para solucionar...”. É uma maneira bastante clara de apontar direções. A revista se apresenta e constrói o seu texto como se tivesse as respostas adequadas para “interferir no rumo dos acontecimentos”. Além disso, à ferocidade de um golpe militar cujas consequências já se podiam antever, *Veja* opõe uma imagem amena de seu principal líder, instituindo traços de moderação e responsabilidade que trouxessem respaldo à sua argumentação:

Ao longo de todos esses anos, no entanto, Videla não perderia aquela qualidade básica de ser “sério”, um homem de poucas palavras, menos risos e nenhuma brincadeira – quase exclusivamente voltado para a profissão e o sentido militar do dever (...) P31 – Muitos companheiros consideram Videla como uma espécie de “eterno cadete” – principalmente pela dedicação franciscana com que, durante dezessete anos, foi instrutor do Colégio Militar. (...) Justificavam-se os seus escrúpulos, tanto pelo profissionalismo quanto pelo temor de uma repetição do fracasso dos governos militares anteriores. Mas também pesou na balança, sem dúvida, o temperamento prudente e meticuloso do novo chefe de Estado argentino. “Às vezes ele me punha nervoso”, diz um seu antigo ajudante-de-ordens. “Antes de tomar uma decisão, Videla pensa e analisa todos os aspectos do problema durante horas e horas”. É sabido que seus companheiros na Junta Militar, (...) desejavam ter dado o golpe antes. O compenetrado Videla, no entanto, esperou até o momento que julgava o último (VEJA, 31/06/1976, p. 30).

Duas semanas mais tarde, avaliando os primeiros passos do novo governo, a revista apresentaria posicionamentos mais claramente favoráveis às transformações impostas pelos militares:

Sem dúvida alguma, os militares que no último dia 24 depuseram o governo agonizante de Maria Estela Martínez de Perón haviam realizado, já na semana passada, o que muitos argentinos qualificam de milagre. (...) O fato é que desapareceram magicamente da superfície do país alguns dos fenômenos que o poder peronista parecia ter acoplado, de forma indelével,

à paisagem nacional. E, pela primeira vez em três anos, a Argentina atravessou sete dias seguidos sem *paros*, greves e locautes. (...) Até os trens, incertos e sujos, andam mais limpos e tentam cumprir os horários (VEJA, 07/04/1976, p. 32).

Aqui, as mudanças na política parecem coincidir com uma súbita melhoria dos transportes públicos: andam mais limpos, tentam cumprir os horários. Se a vitória de Salvador Allende em 1970, segundo Veja, “criou no Chile um sentimento nacional de perplexidade, de dúvida quanto ao futuro”, ou a de Ovando, na Bolívia, parecia fazer o país caminhar “em direção ao fogo”, o golpe milita na Argentina era percebido por muitos – não se esclarece quais – como um milagre. A sublevação militar, aqui, parecia não oferecer perigo de contágio a outros países da região e nem muito menos se apresentava como fator de desordem, caos, frigideira, fogo: muito pelo contrário, é tratado exatamente como o “extintor” aparentemente esperado pela revista durante todos aqueles anos.

## Conclusão

Ao longo deste trabalho procuramos analisar os discursos elaborados por *Veja* a respeito de acontecimentos políticos, transformações econômicas e sociais que tiveram lugar na América Latina entre finais da década de 60 e meados dos anos 70. Ali, sob roupagens variadas, com conteúdos diversos, expressou-se em inúmeras ocasiões um profundo temor a essa espécie de fogo libertador que se expandia pelo continente. Mobilizações populares, greves, revoluções, guerrilhas: tudo isso foi aprendido e interpretado pelo semanário a partir de sentenças alarmantes e reprobatórias.

Recorremos à análise sistemática dos números de *Veja* publicados entre 1969 e 1974, buscando questionar seu conteúdo. Retomando algumas conclusões presentes no trabalho de Carla Luciana Silva (2005) e Edina Rautenberg (2011), procuramos demonstrar como a história do semanário, desde seu surgimento, possuiu vínculos empresariais e ideológicos com a ditadura militar, atentando para a complexidade das ferramentas utilizadas na construção de seu discurso. Em seguida, demarcamos a peculiaridade resultante da adoção de um recorte que envolve a cobertura internacional da revista, em particular a dedicada a tratar de temas relacionados ao quadro geral latino-americano. Desse modo esperamos ter sido possível demonstrar que a revista construiu um discurso dedicado a destacar a desordem política dos países vizinho, o componente ameaçador e indesejado da mobilização popular quando crescente e a ameaça internacional da subversão para, a partir disso, apontar rumos para a política brasileira.

Com o recorte alcançando períodos chave na história da região, foi possível perceber nas publicações de *Veja* o aparecimento contraditório de reclamos a respeito da democracia. Nesse sentido, a preocupação perceptível desde os primórdios da revista com o formato da redemocratização desejada, pareceu ganhar relevo, sobretudo, a partir de 1974. Assim, há um deslocamento das análises e suas formulações num esforço de intervir mais abertamente sobre as

complexidades de um processo que apenas começava a se anunciar e dentro do qual *Veja* ocupou um papel importante. Esse “arroubo democrático”, no entanto, não interditou a simpatia do semanário para com golpes militares como o perpetrado na Argentina em 1976. Tudo mudando, muitas coisas permanecendo como ainda estão.

---

#### SI UN MARCIANO EN UN DOMINGO POR LA TARDE: LA REALIDAD LATINOAMERICANA EN LAS PÁGINAS DE LA REVISTA VEJA (1969-1974)

**Resumen:** En el presente trabajo trataremos de analizar las publicaciones de la revista *Veja* acerca de la realidad latinoamericana entre mayo de 1969 y diciembre de 1974. En los más de 200 números publicados en ese período, las diversas referencias a América Latina aparecen distribuidas en comentarios sobre el cotidiano de los "gobernantes, la adopción de políticas económicas de diversas naturalezas, anécdotas deportivas y culturales. En casi todos ellos hay algún tipo de alusión al subcontinente. Así, procuraremos interpretar las visiones de mundo difundidas por el semanario en el referido material. Nuestra hipótesis es que la argumentación de la revista acerca del subcontinente latinoamericano mantuvo, a lo largo de los primeros años de la década de 1970, una profunda conexión con las premisas de la Doctrina de Seguridad Nacional.

**Palabras clave:** Revista *Veja*. Dictadura militar. Doctrina de seguridad nacional.

---

#### Referências

##### Fontes

A VIOLENTA América Latina. *Veja*. ed. 39, 04/06/1969. p.26.

FOLCLÓRICA utopia *Veja*. ed. 44, 09/07/1969. p.26.

ONDE está o inimigo da pátria. *Veja*. ed. 53, 10/09/1969. p. 34.

A PENA de morte. *Veja*. ed. 54, 17/09/1969. p. 26.

ARGENTINA: os cálculos já não servem. *Veja*. Ed. 54 – 17/09/1969. p.55.

SAÍDA? Qual é a saída? *Veja*. ed. 56, 1/10/1969. p.52

ÀS CUSTAS do povo. *Veja*. ed. 56, 1/10/1969. p.43.

GOLPE na Bolívia. *Veja*. ed. 56, 01/10/1969. p.40.

CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 62, 12/11/1969. p. 21.

CAPA. *Veja*. Bolívia: um vizinho comunista? ed. 72, 21/01/1970.

URUGUAI: causa e feito *Veja*. ed. 80, 18/03/1970. p.54.

A NOVA lei do terror. *Veja*. ed. 83, 08/04/1970, p.35.

A NOVA lei do terror. *Veja*. ed. 83, 08/04/1970. p. 36.

A NOVA lei do terror. *Veja*. ed. 83, 08/04/1970. p. 34.

SEQUESTRO: o dilema da política contemporânea. *Veja*. ed. 80, 15/04/1970. p.34

OS CAMINHOS do Chile. *Veja*. ed. 106, 16/09/1970. p.38.

A VIOLÊNCIA sem rumo: os sequestradores e sua estranha moral. *Veja*. ed. 107, 23/09/1970. p.46.

ATÉ ONDE vai a esquerda. *Veja*, ed. 112, 28/10/1970. Capa.

UM TOM vermelho nos Andes: Santiago, Lima, La Paz: até onde a chega a esquerda? *Veja*. ed. 112, 28/10/1970. p. 28.

CARTAS. Carta de Juan Alberto Camacho, Rio de Janeiro, GB. *Veja* ed. 112, 28/10/1970. p.8.

URUGUAI: Contágio Político *Veja*. Ed. 114 – 11/11/1970, p.42.

ARGENTINA: ciclos do terror. *Veja*. ed. 129, 13/01/1971. p.40.

AMÉRICA LATINA. *Veja*. ed. 176, 19/01/1972. p. 28.

INSEGURANÇA em Buenos Aires. *Veja*. ed. 240, 11/04/1973. p. 36.

2000 atentados. *Veja*, ed. 244, 09/05/1973. p. 48

ENTRE PERÓN e o terrorismo. *Veja*. ed. 284, 06/06/1973. p. 30, 32.

CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 248, 06/06/1973. p. 17.

QUEM é quem. *Veja*, ed. 250, 20/06/1973. p. 41

VEJA, VIOLENCIA E GOLPE EM SANTIAGO, p44, 19/07/1973

INDÍCIOS. *Veja* 10/10/1973, p.36

CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 266, 10/10/1973. p. 19.

AMÉRICA LATINA: indícios. *Veja*. ed. 266, 10/10/1973. p. 36.

QUADRO: Não podemos tolerar a subversão. 20/02/74, p.50.

ARGENTINA: Unanimidade. *Veja*. 25/06/1975, p.33

FRUTA madura. *Veja*. 9/07/75, p.34.

CARTA ao Leitor. *Veja*. ed. 387. 24/12/1975. p. 19. Grifos nossos

O DESPERTAR da era Marcial. *Veja*. 07/04/1976, p.32

UM ESFORÇO de guerra. *Veja*. 31/06/1976, p. 29.

QUADRO: JORGE VIDELA, “El Flaco”, UM PROFISSIONAL. *Veja*. 31/06/1976. p.30



OS MILITARES em busca de saídas. *Veja*. ed. 468 – 24/08/1977. p. 28.

## Bibliografia

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

CALIL, Gilberto Grassi e SENA JUNIOR, Carlos Zacarias (org.). *Contribuição à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro, CONSEQUÊNCIA, 2017.

CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. *Los guardianes de la libertad: propaganda, desinformación y consenso en los medios de comunicación de masas*. Biblioteca de Bolsillo. Barcelona. 2000, p.22.

CHOMSKY, Noam e HERMAN, Edward S. *A manipulação do público*. São Paulo: Futura, 2003.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo e UNESP, 1997.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. *Antíteses*, vol. 2, n. 4, jul.-dez. de 2009, pp. 831-856 Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>>. Acesso em: 1º out. 2016.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 4 v. V. 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, o Estado e a Política*, 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censoras do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...: terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil militar*. Tese (História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, UFRGS, 2005.

RAUTENBERG, Edina. *A Revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)*. Dissertação de Mestrado. Unioeste, Marechal Candido Rondon, 2011.

RAUTENBERG, Edina. *Veja como a abril se consolidou durante a ditadura civil-militar brasileira....* In: CORREA, M.L., CHAVES, P.A. & BRANDÃO, R.V.M. (org.) *História econômica e imprensa*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

RAUTENBERG, Edina. *Veja e a ditadura militar*. *Em Debate: Rev. Dig.*, Florianópolis, n. 5, 2011.

SILVA, Carla Luciana. Jornalismo Econômico: História dos vencedores. In: CORREA, M.L., CHAVES, P.A. & BRANDÃO, R.V.M. (org.) *História econômica e imprensa*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016.

SILVA, Carla Luciana. *Veja: O indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel: Edunioeste, 2009.

SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo José. *Estado e poder: abordagens e perspectivas*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2009.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Muniz. *A comunicação do grotesco: introdução à cultura de massa brasileira*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: *25º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM*, São Paulo, 2002. Disponível em:  
[http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002\\_Anais/2002\\_NP2](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2)  
VILLALTA.pdf, acesso em: 06 de maio de 2017.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Lucas Duarte** é doutorando em História pelo Instituto de Altos Estudios Sociales (IDAES) da Universidad Nacional de San Martín (UNSAM), Argentina; bolsista doutoral do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet).

---

Recebido em 04/06/2019

Aceito em 22/10/2019